

ROSE MENCHISE

**AS TRANSFORMAÇÕES NAS SOCIEDADES CAPITALISTAS: BASE A
COMPREENSÃO DO EMPREENDEDORISMO**

Artigo apresentado ao Curso de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense – UFF - PPGSD - da disciplina direitos humanos e sociedade II – Direito e Economia, como requisito para obtenção da nota da matéria cursada. Mestranda da UFF.

Professores

Gilvan Luiz Hansen

Gabriel Rached

Niterói

2013

**AS TRANSFORMAÇÕES NAS SOCIEDADES CAPITALISTAS: BASE A
COMPREENSÃO DO EMPREENDEDORISMO**



Pintura Reprodução de Diego Rivera - Vendedora de Flores - 50x60cm

A tela de Diego Rivera nos mostra, no início do século XX, a vendedora de flores, carregando um peso enorme. Mulher e índia, evidenciando a pobreza, trabalho informal e condições precárias da população mexicana. Hoje no século XXI, no Brasil, empreendedor individual.

RESUMO

Esse artigo tem como objeto o empreendedorismo e as transformações nas sociedades capitalistas e tem como objetivo analisar as mudanças estruturais no capitalismo contemporâneo, de cunho econômico e político. Analisaremos as crises do capitalismo, a inquietação intelectual e empregabilidade, os distritos industriais na Itália, acumulação flexível, várias figuras jurídicas de vários tipos de trabalhadores diferentes, a desindustrialização e o empreendedorismo.

Palavras-chave: Empreendedorismo, Transformações no Capitalismo Contemporâneo, Empregabilidade.

O fim de um mundo

*“ A única possibilidade de encontrar trabalho aqui é **abrir-se uma pequena empresa**. Antigamente não era problema ingressar numa fábrica. Por que a gente ia para fábrica? Porque sabíamos que havia admissão todos os anos, ingressavam 300 ou 400 pessoas”. (Sindicalista da região de Longwy).¹*

1 - AS TRANSFORMAÇÕES NAS SOCIEDADES CAPITALISTAS: BASE A COMPREENSÃO DO EMPREENDEDORISMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar as mudanças estruturais, de cunho econômico e político, ocorridas no capitalismo para o seu ciclo reprodutivo e repor o seu projeto dominante. Dentre elas analisaremos as crises do capitalismo, a inquietação intelectual e empregabilidade, os distritos industriais de pequenas e médias empresas – Terceira Itália, a acumulação flexível, as várias figuras jurídicas de vários tipos de trabalhadores diferentes, a desindustrialização e o empreendedorismo.

^[1] In Bourdieu, Pierre, O fim do mundo. *A Miséria do Mundo*, Vozes, 2001.

1.1 AS CRISES DO CAPITALISMO

Desde meados na década de setenta, vem-se percebendo que o modo capitalista de produção está a passar por algum tipo de profunda transformação em sua natureza econômica e social, e daí, também política. Na década de 1970, muitos falavam em crise. Na de 1980, a maioria falou em reestruturação e reorganização. Na de 1990, já não temos certeza de que a crise de dos anos 70 foi realmente solucionada, e começou a se difundir a visão de que a história do capitalismo talvez esteja num momento decisivo.²

A história do capitalismo está atravessando um momento decisivo. Longos períodos de crise, reestruturação e reorganização – ou seja, mudanças com descontinuidade - têm sido muito mais típico da história da economia capitalista mundial do que os breves momentos de expansão generalizada, como a que ocorreu nas décadas de 1950 e 1960.

A tentativa dos governos norte-americano e britânico de manter o surto de crescimento econômico do pós-guerra, através de uma política monetária frouxa, teve sucesso no fim da década de 1960, mas surtiu efeitos adversos no começo da seguinte. Os sinais de rigidez aumentaram, o crescimento real cessou, houve perda de controle sobre as tentativas inflacionárias, e o sistema de taxas de câmbio fixas, que havia sustentado e regulado a expansão do pós-guerra, entrou em colapso.³

Para o economista e sociólogo italiano Giovanni Arrighi a expansão financeira dos últimos vinte anos do século XX é o sinal claro de que estamos em meio a uma crise de hegemonia. O enfraquecimento do poderio norte-americano e o crescimento de seu endividamento externo, e o deslocamento

² ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, São Paulo: Editora Unesp, 1996, pag. 5.

³ ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, São Paulo: Editora Unesp, 1996, pag. 7.

do poder mundial juntamente com o financeiro para o Leste asiático, sob a liderança da empresa japonesa.

Já o cientista político brasileiro José Luis Fiori⁴, afirma que:

Não existe qualquer divisão do poder mundial com o Leste asiático, mas sim uma complementariedade estratégica no sentido econômico fundamental para sobrevivência do sistema do poder dos EUA. Isso porque a expansão financeira decorrente do fim da Guerra Fria transferiu para os EUA uma centralidade militar e monetária sem precedentes da história do mundo capitalista.

Desse modo, temos segundo Fiori⁵:

Nas últimas décadas, o centro dinâmico da acumulação capitalista mundial deslocou-se para a Ásia, dando origem a um novo eixo articulador da economia mundial, sino-americana. Em segundo lugar a China já atua hoje como um centro articulador e “periferizador” do resto da economia mundial, graças ao dinamismo e às dimensões do seu mercado interno. Em terceiro lugar, o novo sistema monetário internacional – “ dólar-flexível – que se consolidou e universalizou depois do fim da Guerra Fria, junto com a expansão vitoriosa do poder norte-americano e da globalização de sua moeda e do seu capital financeiro. Em quarto lugar, está cada vez mais claro que o centro nevrálgico da nova competição geopolítica mundial envolverá pelo menos duas potências – Estado Unidos e China – que são cada vez mais complementares do ponto de vista econômico e financeiro. Além disso, o novo eixo da geopolítica mundial deve envolver cada vez mais três Estados “continentais” – Estados Unidos, a Rússia e a China – que detém, em conjunto, cerca de um quarto da superfície territorial do mundo e mais de um terço da população global.

1.2 A INQUIETAÇÃO INTELLECTUAL E EMPREGABILIDADE

Pode-se falar em “fim do trabalho”? “De uma nova divisão internacional do trabalho”? Em “trabalho na era pós-moderna”? E o “domínio de marcas, patentes, conhecimento, inovação, pesquisas, designer, tecnologias

⁴ FIORI, José Luís. *O Poder Global e Nova Geopolítica das Nações*. Boitempo Editorial, São Paulo, 2007, P.

⁵ *Idem*, p. 38 e 39.

estratégicas de produto e de processo nas economias centrais”? Temos que desenvolver “pesquisa e inovação nas pequenas e médias empresas”, “Terceira Itália”, para um novo modelo regional de desenvolvimento no século XXI? Estas e outras questões exprimem uma grande inquietação intelectual e política com transformações que vem sendo operadas nas sociedades capitalistas, ao longo dos últimos 40 anos.

Desde meados da década de setenta, vem-se percebendo – sobretudo nos círculos acadêmicos – que o modo capitalista de produção está a passar por algum tipo de profunda transformação em sua natureza econômica e social, e daí, também política. Estudos fundadores apontando nessa direção, foram, entre outros, os de Marshall⁶ (1967), Offe⁷ (1989), Harvey⁸ (1996), Cocco (1996)⁹, Becattini¹⁰ (1997), Corò (1999)¹¹, Pochmann¹² (2001) e Jeammaud¹³ (2002). Embora distintos quanto às metodologias, terminologias, motivações e objetivos, eles sustentam, com base em dados e análises sérias, estar o capitalismo evoluindo para um novo regime de produção, baseado numa “sociedade pós-industrial” (nos serviços), ou uma nova divisão internacional do trabalho, ou novas formas de exclusão social, ou capitalismo baseado na ciência e tecnologia, ou a financeirização da economia, ou a organização em distritos industriais para um desenvolvimento regional (Terceira Itália), ou uma certa organização do processo produtivo as características socioculturais de uma camada da população, ou nas redes de comunicação da informação.

⁶ Marshall, T.H. *Cidadania, Classe Social e Status*. “O Estado do Bem-Estar Social”, cap. VIII, 1967.

⁷ Offe Claus. *Trabalho e Sociedade*. “Trabalho como categoria sociológica fundamental?” , volume I , 1989.

⁸ Harvey, David. *Condição pós-moderna*. “A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX”. Parte II, 1996.

⁹ COCCO, Giuseppe. “As dimensões produtivas da comunicação”. *Comunicação e Política*. Rio de Janeiro, 1996.

¹⁰ Becattini, Giacomo. *Modelli locali di sviluppo*, 1989. Professor do Departamento de Ciência Econômicas da Universidade de Florença.

¹¹ Corò, Giancarlo. *Empresários e Empregos nos Novos Territórios Produtivos e o caso da Terceira Itália*. “Os Distritos Industriais na Itália”. 1999.

¹² Pochamann, Márcio. *O emprego na globalização*. “O curso atual da divisão internacional do trabalho”. Parte 1, 2001.

¹³ Jeammaud, Antoine. *Trabalho, Cidadania e Magistratura*. “A Internacionalização do Trabalho: Os Novos Desafios da Integração Econômica”, 2002.

Qualquer que fosse o foco central da análise, logo a rotulação preferencialmente adotada por estes e outros autores, começavam todos a entender que, nesta etapa, então, do capitalismo emerge mudanças fundamentais nas relações e práticas do trabalho e, também, um nova ordem mundial com grande aplicação do conhecimento, de conteúdos tecnológicos e inovação.

Começa a se reexaminar as consequências dessas transformações nas relações econômicas e políticas entre os países centrais e os demais, periféricos e os semiperiféricos¹⁴ (denominação de Pochmann).

Harvey (pag.136,1996) denomina a *acumulação flexível*, do capitalismo pós- moderno que é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Pochmann (pag. 36, 2001) chama atenção para que desde a década de 70, a uma nova modificação na Divisão Internacional do Trabalho, associado ao processo de reestruturação empresarial, acompanhado de uma nova Revolução Tecnológica. Jeammaud (pag. 75, 2002) advertiu sobre a nova internacionalização do trabalho e empresas, os desafios da integração econômica e as dificuldades do Direito do Trabalho com suas pluralidades formais em diferentes países.

1.3 OS DISTRITOS INDUSTRIAIS DE PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS – TERCEIRA ITÁLIA.

Segundo Becattini¹⁵ (pag. 46, 1999) podemos associar o conceito de distrito industrial à figura de Alfred Marshall, como aponta Whitaker (pag. 50, 1985)¹⁶, que demonstrava que as vantagens, ou pelo menos algumas delas, da produção em grande escala podem também ser obtidas por uma grande quantidade de empresas de pequeno porte, concentradas em território dado, especializadas nas suas fases de produção. Para que esse fenômeno do

¹⁴ Semiperiféricos: que possibilitou a conformação de um conjunto de nações semiperiféricas, a partir de sua parcial industrialização como: Indonésia, Índia, Coréia, Cingapura, Brasil, entre outros. Denominação utilizada por Pochmann.

¹⁵ Professor do Departamento de Ciência Econômicas da Universidade de Florença.

¹⁶ Whitaker, J. K., ed. *The Early Economic Writings of Alfred Marshall, 1867-1980*. Londres: Mac Milan, 1985, vol 2.

distrito industrial se realize é necessária uma interpretação dessa imensidão de pequenas e médias empresas como temos no Quadro 1, (milhares de empresas por regiões da Itália), com a população residente nesse mesmo território. Desse modo, os habitantes devem apresentar características socioculturais (valores e instituições) em simbiose com um processo de desenvolvimento próprio das pequenas e médias empresas (BECATTINI, pag. 50, 1999).

Quadro 1

Italian Enterprises					
	INDUSTRY	COMMERCE	OTHER SERVICES	TOT.	
▪ 4,3 millions enterprises and institutions, articulated in	Lombardia	230.864	205.325	422.679	858.868
	Veneto	128.652	111.502	196.475	436.629
	Emilia-Romagna	110.931	104.685	202.486	418.102
	Lazio	74.215	117.718	214.895	406.828
	Piemonte	101.532	102.534	183.033	387.099
	Toscana	101.347	97.014	165.786	364.147
	Campania	68.342	125.460	146.207	340.009
▪ 4,7 millions of local unities,	Sicilia	59.173	103.548	127.733	290.454
	Puglia	59.781	92.041	107.897	259.719
	Liguria	29.210	42.382	74.731	146.303
	Marche	42.137	38.589	64.039	146.765
	Sardegna	25.605	38.888	56.228	118.521
	Calabria	23.250	41.874	53.261	118.185
	Friuli-Venezia Giulia	26.287	26.909	53.080	106.156
	Abruzzo	26.158	30.853	47.919	104.928
	Trentino-Alto Adige	22.253	20.847	56.534	99.834
	Umbria	19.913	20.913	36.907	76.733
	Basilicata	9.445	12.127	18.351	39.923
	Molise	5.644	7.117	10.985	23.728
	Valle d'Aosta	3.387	2.761	7.759	13.907
▪ that employees 19,4 millions people.	Totale:	1.168.124	1.341.567	2.245.945	4.755.636

June 2007

8

Afirma, Giancarlo Corò,¹⁷ que é cada vez mais forte a ideia que os sistemas produtivos localizados – **distritos industriais (DIs, Clusters¹⁸)** podem representar umas das saídas para o impasse da produção em massa. A sua tese desenvolvida, no ensaio “Dos Distritos e Sistemas de Pequena

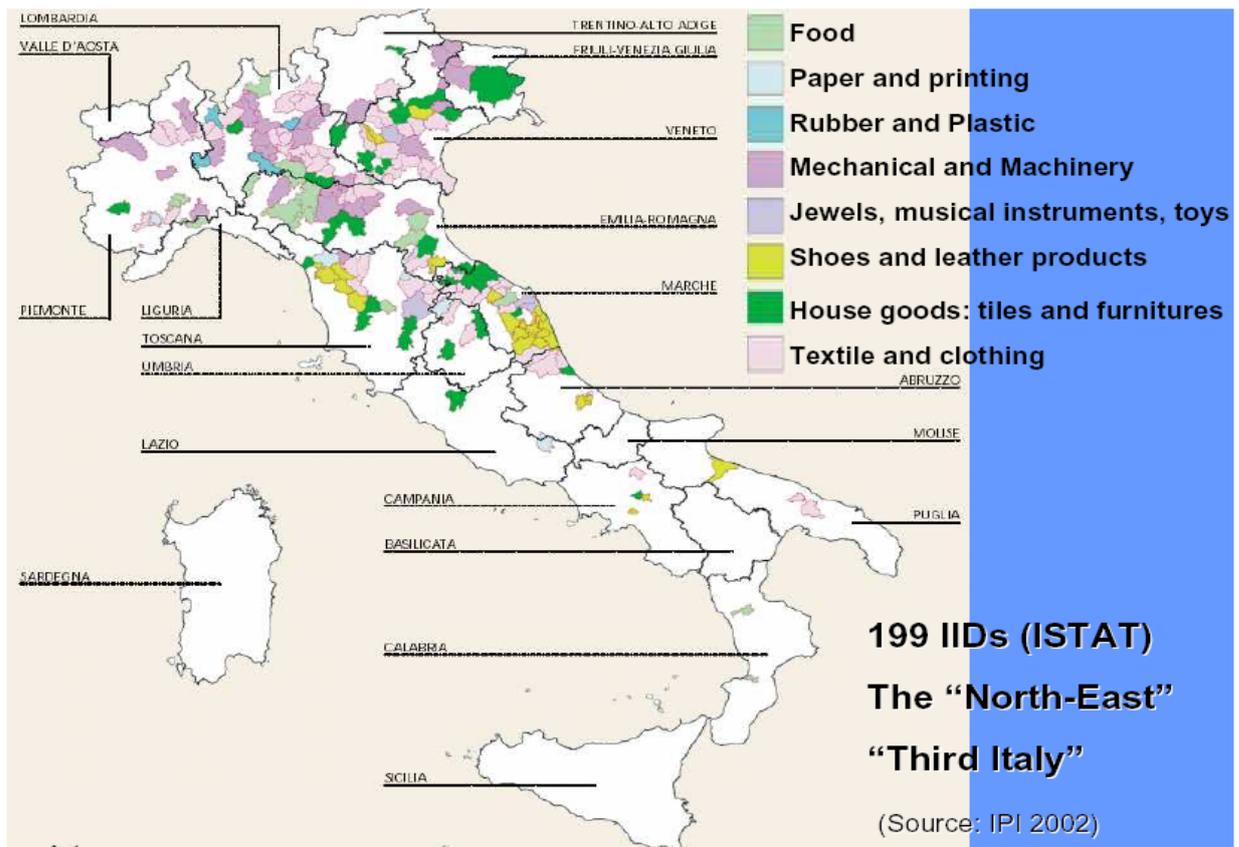
¹⁷ Professor de Economia da Universidade de Urbino, Itália.

¹⁸ Conceito popularizado por Michael Porter, em 1990, no seu livro *Competitive Advantages of Nations*. Concentração de pequenas e médias empresas que se comunicam por possuírem características semelhantes e coabitarem na mesma localidade. Elas colaboram entre si.

Empresa”, é de que os distritos industriais (Clusters) constituem, uma das formas mais adequadas, embora não única, de organização econômica e social da produção pós-fordista (CORÒ, pag. 147, 1999).

Na Itália a indústria perdeu na década de 90 quase 600.000 postos de trabalho, cerca de 10% do que tinha no início dos anos de 1980. Todavia, essa perda concentrou-se quase toda nas grandes empresas, nas quais o emprego caiu pela metade em apenas dez anos, confirmando assim um declínio que começou já nos anos de 1970 (CORÒ, pag. 149, 1999).

Segundo diversos *experts* italianos (economistas, sociólogos, antropólogos, geógrafos), é a consciência de que cada vez mais, por um forte potencial de **descentralização**, percebemos que quanto mais o conhecimento se torna um fator estratégico da produção, mais a organização da produção, caminhará em direção a processos de desverticalização.



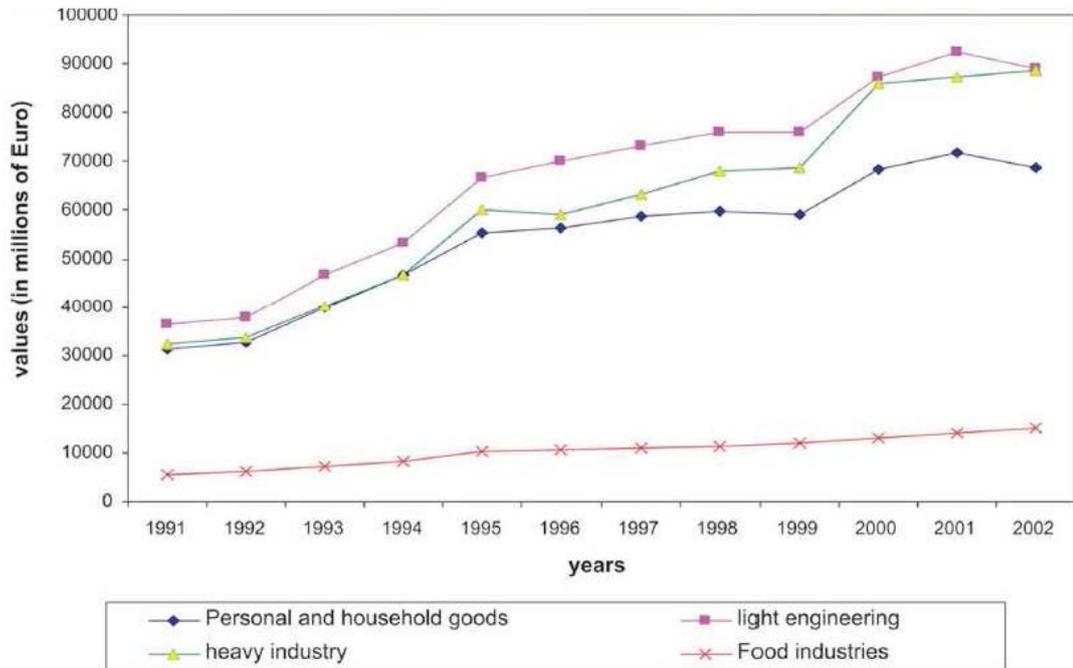
Source: Capitalia 2005

Becattini (pag. 51, 1999) descreve os *distritos industriais na Itália* no pós-guerra, (aproximadamente cerca de cem, em critérios de determinação adotados) numa grande parte da Itália central e setentrional, com algumas ramificações em direção ao sul do país como mostra o gráfico 1.

Os distritos italianos, segundo Becattini (pag. 52, 1999) deu grandes resultados positivos as exportações italianas, agregando valor as pequenas e médias empresas desses distritos, com tecnologia e inovação como pode se constatar no gráfico 2 (exportações).

Gráfico 2

Italy's manufacturing exports by product type



1.4 ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL

O regime de “acumulação flexível”, que estaria sucedendo ao “fordismo”, baseado em Harvey¹⁹.

¹⁹Figura 1. Estruturas do mercado de trabalho em condições de acumulação flexível. (Fonte: Flexible Patterns of Work. Editado por C. Curson, Institute of Personnel Management)

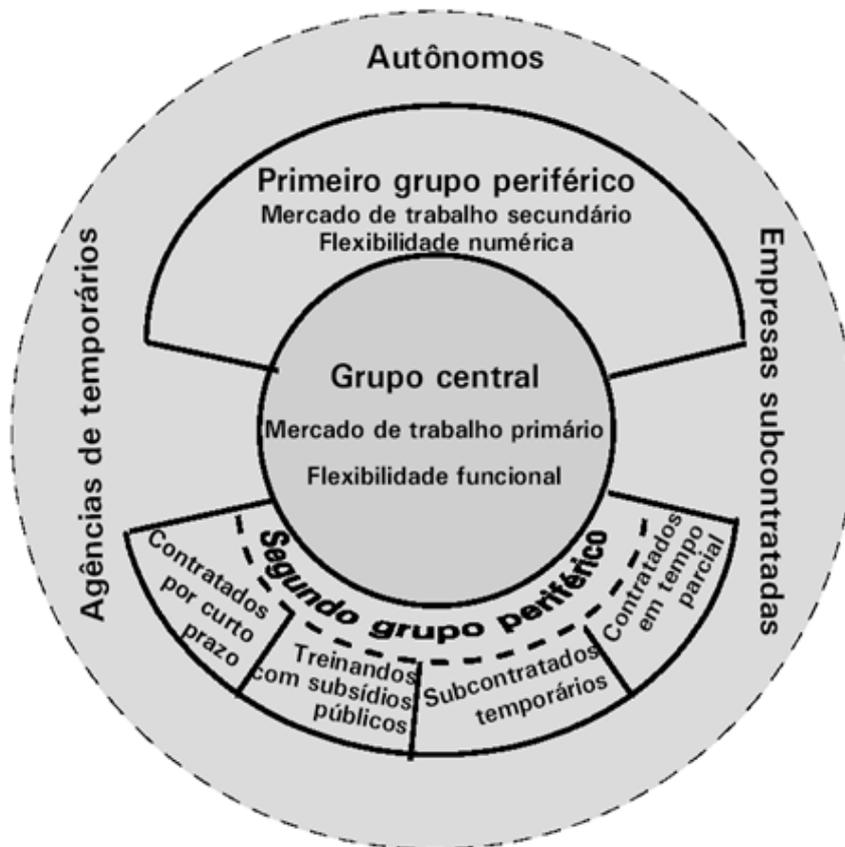


Figura 1

O “grupo central” se compõe de empregados em “tempo integral condição permanente e posição essencial para o futuro de longo prazo da organização”, gozando ainda de várias outras vantagens econômicas e culturais. A “periferia” se constitui de círculos concêntricos progressivos, formados, em parte, por “empregados em tempo integral com habilidades facilmente disponíveis no mercado de trabalho”; em parte por “empregados parciais, empregados casuais” e outros temporários ou subcontratados, círculo este que vem crescendo significativamente nos últimos anos (HARVEY, pag. 143, 1996)

O **trabalho principal** que permite ao capital-informação acumular e crescer é aquele realizado pelo “grupo central”. Seu **valor** expresso em informações científico-tecnológicas, estratégicas, financeiras, mercadológicas, gerenciais, sócios-culturais etc., será fixado em documentos de patentes e

copyright, ou mantido sob estrito **segredo industrial**, sendo comunicado ao restante da **rede produtiva** através de registros redundantes, como maquetes, moldes, pranchas de desenho (HARVEY, pag. 143, 1996). .

A partir daí começa uma espécie de corrida contra o tempo. A informação gerada e registrada pelo “grupo central” será transferida para os círculos de trabalho redundante, especialmente situados em qualquer lugar do mundo onde seus custos sejam mais “competitivos”, ou onde estejam, no caso das vendas, o mais próximo possível dos consumidores finais.

A descrição geral da corporação-rede, como um exemplo típico, é a corporação italiana Benetton. Entretanto, esta corporação, durante muito tempo, não fabricava nada do que vendia e, hoje, fabrica apenas um segmento de seus produtos e segue vendendo, muito pouco de tudo o que leva sua marca (Dantas, pag. 252, 2004).

Com base Chesnais²⁰, aponta Marcos Dantas, podemos dizer que o processo da Benetton divide-se em três fases distintas:

1) Duas ou três centenas de pessoas são por ela diretamente empregadas ou assalariadas em atividades de pesquisa de mercado. Quase todo esse pessoal se encontra nos escritórios centrais da firma, na Itália. Percebe-se que o produto do trabalho aí realizado é informação posta nas mais diversas formas simbólicas. Em suma, executivos, analistas de mercado, estilistas, desenhistas, fotógrafos, engenheiros de computação, economistas, muitos outros técnicos, isto é, o conjunto muito bem pago de trabalhadores da Benetton, trabalha obtendo informação, processando informação, registrando informação e comunicando informação.

2) A segunda fase do processo se desenrola em uma fábrica localizada na Califórnia, Estados Unidos onde estão empregados cerca de 800 pessoas. A fábrica pertence à Benetton. Como em qualquer outra fábrica têxtil, a função principal e quase exclusiva de engenheiros, técnicos e operários é observar, controlar, ajustar, coordenar o processo de transformação material realizado pelas máquinas. Através de relógios, medidores, lâmpadas sinalizadoras, monitores de

²⁰ CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã Editora, 1996.

vídeos, visores etc., Portanto, tanto quanto o trabalho realizado na matriz italiana, o trabalho humano principal na fábrica também é de obter, processar, registrar, comunicar informação.

3) A terceira fase do processo se realiza em cerca de 450 oficinas de confecção espalhadas em países do Sudeste Asiático e em outras regiões, que empregam, ao todo, umas 25 mil pessoas. Ao contrário da fábrica na Califórnia, essas oficinas não pertencem à Benetton, logo os seus trabalhadores não são por elas empregados, embora, graças a ela, tenham emprego. Essas confecções recebem os tecidos já cortados, e todo o trabalho aí realizado é o de costura final das peças e partes que compõem um objeto qualquer do vestuário. As peças cortadas constituem moldes que, para Benetton, já informaram como deverá ser o objeto de vestuário e toda a coleção. O modelo desenhado em um computador na Itália estará afinal objetivado em um suporte de pano, num país qualquer da Ásia. A informação original do modelo está sendo agora replicada aos milhões, cada peça igual a outra. Aqui não há mais informação nova a acrescentar e, mesmo, a transformação material será desprezível – a transformação determinante já foi feita na fábrica da Califórnia. Essa fase do processo produtivo é muito mal remunerada e realizada sob piores condições sociais e ambientais (Dantas, pag.220,1986)

1.5 VÁRIAS FIGURAS JURÍDICAS DE VÁRIOS TIPOS DE TRABALHADORES DIFERENTES.

A nova internacionalização do trabalho corresponde a um impacto da mundialização da economia e, em particular, da globalização da estratégia de empresas sobre o trabalho subordinado, que se manifesta através do aparecimento de várias figuras jurídicas de vários tipos de trabalhadores diferentes que estão ligados a essa transformação. Há, portanto, o trabalhador migrante, o trabalhador internacional e o trabalhador nacional, que pertence ao mercado local de trabalho do país onde nasceu e que ali trabalha para um empregador, mas que se encontra inserido em uma empresa transnacional, cuja sociedade-mãe encontra-se incorporada em um determinado país com sucursais em outros diferentes países; ou que pode ser ainda uma megaempresa que possui sua sede em um determinado país, no qual se constituíram-se originariamente, encontrando-se implantada em vários outros países de forma não personalizada.

Em verdade, quando uma empresa decide implantar-se em um determinado país, suprimindo-se fábricas preexistentes em outros países, ela o faz para aproximar-se dos mercados consumidores ou para reduzir seus custos, em países onde a mão-de-obra é mais barata e a proteção dos trabalhadores menos rígida. E, em ambas, as hipóteses, o processo de desterritorialização corresponde à ideia de esfacelamento jurídico da coletividade do trabalho, conforme aponta Jeammud²¹.

Para Jeammud²², na França, estes acontecimentos nutrem um discurso um pouco catastrófico a respeito dos diferenciais do trabalho e dos direitos sociais, encorajando a concorrência pelo direito e o *dumping social*²³ em detrimento do emprego nos países que tem os direitos trabalhistas mais protecionistas e com melhores padrões sociais. Na opinião dele é um discurso equivocado, porque, se é obvio que a deslocalização produz manifestações espetaculares quando ela faz da França para o estrangeiro, ela se torna menos espetacular quando o país de implantação é a própria França. Assim, é verdade que a França é o país que recebe a maior número de turistas da Europa, sendo o que recebe a maior quantidade de investimento estrangeiro, os quais encontram-se, naturalmente, relacionados ao sistema de deslocalização. A França, aliás, em virtude deslocalização de empresas apresenta um saldo positivo, pois gerou mais postos de trabalho do que perdas, afirma Jeammud²⁴.

1.6 DESINDUSTRIALIZAÇÃO

O texto do Dieese²⁵ examina o conceito de industrialização e contextualiza a trajetória do setor industrial no Brasil atual. Nesta nota técnica, o Dieese, discute a respeito de um eventual processo de desindustrialização

²¹ A Internacionalização do Trabalho: Os novos desafios da integração econômica, pag.76, 2000.

²² Idem, pag. 85.

²³ *Dumping social*: corresponde a uma desvalorização competitiva social.

²⁴ Idem, pag. 88

²⁵ Dieese, (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos), em sua Nota Técnica 100, em 2011, apresenta um alerta, com dados recentes sobre a desindustrialização no Brasil.

brasileira que já está presente na academia, nas entidades que representam a indústria, nos sindicatos e em setores do governo.

O texto refere-se à conjuntura enfrentada pela indústria de transformação. As indústrias extrativas, de energia e o agronegócio possuem um dos maiores níveis de produtividade do mundo, com elevada capacidade de competir e, por isso, não são consideradas nesta Nota do Dieese.

Conforme o texto do Dieese a industrialização representa o processo pelo qual a indústria aparece como o setor dinâmico de uma economia, aquele que agrega mais valores ao produto total e/ou cria maior número de empregos. Historicamente, a indústria surge na Europa e passa a ser atividade mais importante de algumas economias daquele continente, superando a acumulação de capital na agricultura e no comércio e tornando-se o setor com maior produtividade e o maior gerador de empregos. Desde a primeira revolução industrial (Inglaterra, final do século XVIII) até o último quartel do século XX, o setor industrial, a despeito de todos os avanços tecnológicos, sempre concentrou grande contingente de mão de obra e influenciou o crescimento do emprego.

A desindustrialização não significa, necessariamente, algo danoso e que eventualmente vá empobrecer determinada sociedade. É preciso saber em que circunstâncias ela ocorre. Os países industrializados assistiram, nas três últimas décadas, uma enorme expansão do setor de serviços, que exigiu uso intensivo de mão de obra e alto grau de especialização (empregos de qualidade). Neste contexto, os serviços passaram a gerar mais emprego e renda, apesar da manutenção e até crescimento da indústria. Houve um claro processo de desindustrialização, uma vez que o setor industrial perdeu, para os serviços, a condição de atividade dinâmica da economia.

No Brasil o setor de serviços vem garantindo a expansão do emprego nos últimos dez anos e aumentando progressivamente a participação no Produto Interno Bruto (PIB), segundo os dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) de junho de 2011, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O setor de serviços representa atualmente 69% do PIB e participa com 70% da mão de obra empregada no país.

O aumento da participação do setor de serviços na geração de emprego e em sua relação direta com o PIB é uma tendência mundial. Esta tendência já pode ser verificada nos grandes países como os Estados Unidos, onde o setor de serviços chega a representar 77% do PIB.

Entretanto, os países que passaram por esse processo de crescimento dos serviços tem um setor industrial diversificado e articulado, são produtores de tecnologia, sedes de grandes empresas industriais e multinacionais, possuem população escolarizada e profissionalmente qualificada e ostentam altos níveis de renda. O fato de os serviços terem se tornado o segmento mais dinâmico da economia foi consequência natural de sofisticação dessas sociedades.

A desindustrialização, em nenhum momento as empobreceu. A desindustrialização torna-se problema, quando países em processo de industrialização, em que a indústria de transformação, ainda não atingiu estágios de produtividade e competitividade compatíveis com os níveis encontrados internacionalmente e a renda per capita baixa, são aqueles que ressentirão da redução do valor agregado e no número de empregos gerados.

No Brasil a discussão a respeito de um eventual processo precoce de desindustrialização já está presente em vários setores da sociedade. Se as suspeitas tem fundamento o país corre risco de um retrocesso no caminho do desenvolvimento, para permitir um caminho de crescimento mais consistente com geração de postos de trabalho com mais qualidade.

1.7 O EMPREENDEDORISMO

Ao longo das transformações nas sociedades capitalistas procuramos desenvolver alguns tópicos, para compreensão desse empreendedorismo a partir da crise do capitalismo contemporâneo.

Com a pesquisa realizada, temos condições de estabelecer algumas conclusões ainda preliminares e provisórias. Percebemos que, com vistas a restabelecer o sistema capitalista, um conjunto de ações foram, e, estão sendo

postas em curso, com o intuito de solucionar a presente crise. As mudanças no capitalismo com suas altas taxas de desemprego, bem como a precarização do mundo do trabalho, fazem parte do metabolismo do capital para adquirir sobrevida, excluindo contingentes de pessoas das condições de existência.

Neste contexto, a noção de empreendedorismo se apresenta bastante adequada, uma vez que infere nas pessoas a busca do “auto emprego”, tornando-se “patrão de si mesmo”. Essa noção enfatiza que o indivíduo construa a sua “atividade remunerativa”, já que o número de vagas de emprego, está gradativamente diminuindo por conta das mudanças do capitalismo contemporâneo.

Nesse sentido, o discurso de empreendedorismo, para constituição do micro empresário individual ou das micros e pequenas empresas, revela-se altamente necessário aos interesses do capital, pois satisfaz a demanda das grandes empresas, pela via das terceirizações e, também, dessas pequenas empresas serem fornecedoras de serviços e produtos para o grande capital.

Por tudo isso, como aponta a Carla Appolinário²⁶, numa citação:

Acreditamos, como sugere José Paulo Netto (2009), na impossibilidade de superar “a questão social” sem que haja a supressão da ordem do capital, pois a cada novo estágio do desenvolvimento do capitalismo só foi possível perceber expressões, cada vez mais complexas, de intensificação da exploração e, portanto, da dominação, motivo pelo qual, aliás, o debate permanece aberto. Esse certamente será o desafio a ser enfrentado, justamente por aqueles que mais têm motivos para questionar o caso brasileiro e seu atual quadro de barbárie institucionalizada.

Referências

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, São Paulo: Editora Unesp, 1996.

²⁶ Tese de doutorado, UFF. Pag.155.

BECATTINI, Giacomo (org). *Mercato e forze locali: il distretto industriale*, Bologna: Il Mulino, 1987.

_____, Giacomo (org). *Modelli locali di sviluppo*. Bolonha: Il Mulino, 1989

_____, Giacomo. "Per una radicata política industriale". In: *Il Ponte*, 10, 1997.

_____, Giacomo. "Os Distritos Industriais na Itália". In. COCCO, G. URANI, A, GALVÃO, A. P. *Empresários e Empregos nos Novos Territórios Produtivos: O caso da Terceira Itália*. Rio de Janeiro, DP & A, 1999.

CAMPODALL'ORTO, Sergio. *The evolution of industrial district in Italy*. Politecnico Innovazione – Milan – Italy, 2007.

CASTRO, Carla Appollinario. *Crítica à razão empreendedora; a função ideológica do empreendedorismo no capitalismo contemporâneo*. Tese de doutorado do PPGSD, UFF, 2013.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã Editora, 1996.

COCCO, Giuseppe. "As dimensões produtivas da comunicação". *Comunicação e Política*. Rio de Janeiro, 1996.

_____, Giuseppe *A Nova Qualidade do Trabalho na Era da Informação*. Redesiste, 2004.

CORÓ, Giancarlo. "Distritos e Sistemas de Pequena empresa na Transição". In. BECATTINI, G., COCCO, G., URANI, A., GALVÃO, A. P. *Empresários e Empregos nos Novos Territórios Produtivos: O caso da Terceira Itália*. Rio de Janeiro, DPQA, 1999

DANTAS, Marcos. *Capitalismo na Era das Redes: Trabalho, Informação e Valor no Ciclo da Comunicação Produtiva*. Redesiste, 2004.

_____, Marcos. *O Brasil na encruzilhada*. In: *Dados e Idéias*, São Paulo: Gazeta Mercantil S.A. Editora, n.100, setembro de 1986.

DIEESE, Nota 100, *Desindustrialização*, 2011.

FIORI, José Luís. *O Poder Global e Nova Geopolítica das Nações*. Boitempo Editorial, São Paulo, 2007.

FURTADO, Celso. *O capitalismo global*. São Paulo : Paz e Terra, 1998.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo. Edições Loyola, 6ª edição, 1996.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

JEAMMAUD, Antoine. "A Questão do Futuro do Direito do Trabalho. Visão da Europa" In. ALVIM, Joaquim Leonel, FRAGALLE, Roberto e JEAMMUAD, Antoine. *Trabalho, Cidadania e Magistratura*, Rio de Janeiro, Edições Trabalhistas, 2000.

_____, Antoine. "Internacionalização do Trabalho: Os Novos Desafios da Integração Econômica" In. ALVIM, Joaquim Leonel, FRAGALLE, Roberto e JEAMMUAD, Antoine. *Trabalho, Cidadania e Magistratura*, Rio de Janeiro, Edições Trabalhistas, 2000.

LAZZARATO, Mauricio. *Lavoro immateriale*. Verona: Ombre Corte, 2007.

MARAZZI, Christian. *Il posto dei calzini*. Bellinzona: Casagrande, 1997.

_____, Christian. *E il denaro va. Esodo e rivoluzione dei mercati finanziari*. Torino-Bellinzona: Boringhieri, 2008.

MARSHALL, T.H. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1967.

NEGRI, Antonio. *Fine secolo, manifesto per l'operaio sociale*, Milano: Sugar&Co, 2004.

_____, Antonio. *Il lavoro di Giobbe*. Milano: Sugar&Co, 2004.

_____, Antonio. *Marx al di là di Marx*, Milano: Feltrinelli, 1998.

NETTO, José Paulo. Apresentação. In: ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo, 2008.

OFFE, Claus. *Trabalho e Sociedade*. Rio de Janeiro, Editora Tempo Brasileiro, 1989.

OIT, Organização Internacional do Trabalho.

POCHMANN, Márcio. "Ajustes macroeconômicos e novas formas de exclusão social: a situação recente na periferia do capitalismo". In: (org) Vicevani, Tullo, Lorenzetti, Jorge. *Globalização e Integração Regional: atitudes sindicais e impactos sociais*. São Paulo, LTr, 1998.

_____, Márcio. *O emprego na globalização*, São Paulo, Boitempo, 2001.

REVELLI, Marco. *Lavorare in Fiat*. Milano: Garzanti, 1999.